

GOVERNO DO ESTADO

Tarso reafirma apoio aos agricultores

Durante solenidade de entrega de maquinários em Pontão/RS, o governador do Estado ratificou o apoio aos produtores rurais, afirmando que o Ministério Público Federal está trabalhando de forma equivocada no RS

“**E**u não apoio retirada de agricultores de terras que estão tituladas contra sua vontade”. A declaração do governador Tarso Genro foi feita na tarde de ontem (29) enquanto realizou a entrega de maquinários para o município de Pontão. Presente no ato, o vice-presidente do Sindicato Rural de Passo Fundo e presidente da Associação dos Produtores Rurais de Pontão, Jair Rodrigues, entregou uma carta de reivindicações dos produtores rurais de Pontão, solicitando apoio efetivo do governo do Estado para que haja impedimento de estudos por parte da Funai na cidade.

“Recebo esta documentação com respeito. Entendo que o agricultor que tem terras tituladas não pode ser retirado de sua terra contra sua vontade. Quando se retomou esta questão e quando o conflito começou a ser mais agudo, nós nos manifestamos para tentar interferir, criar um sistema de mediação, mas fomos rechaçados pelo Ministério Público Federal”, disse Tarso.

MPF e governo: relação nada amistosa

Tarso Genro contou que antes da metade deste ano o MPF teve uma atitude não amistosa em relação ao governo do Estado, quando o governo se posicionou contrário à ação da Brigada Militar na retirada dos agricultores. “Eu disse que não colocaria a BM para retirar os agricultores e o MPF fez uma interpelação judicial e eu disse que se quiserem processar poderiam, pois minha posição era esta. Acredito que os procuradores do MPF estão tratando de uma maneira equivocada o Rio Grande do Sul, como se fosse um local de terras ermas, como se tivessem comunidades indígenas em seu local originário e com permanência contínua, o que não é a realidade”, explicou.

Segundo o governador, um dos procuradores do MPF, Domingos Sávio da Silveira, que atua na área de direitos humanos, está recebendo agricultores e deixou claro que sua postura é compreensiva aos produtores gaúchos, sabendo que no RS a situação é diferente. “Nós estamos colocando a disposição do MPF terras de propriedade do governo do Estado que eram destinadas à reforma agrária para que utilizem como reservas para as comunidades indígenas ou no caso de algum agricultor sair de onde está que receba terras do mesmo valor com a mesma qualidade”, declarou.



Na prefeitura de Pontão, Tarso Genro recebeu a carta de reivindicação dos produtores rurais da cidade

Demarcação judicializada

O governador informou ainda que há um espaço de decisão no MPF que foge dos governos, porque a demarcação é judicializada. “Nossa posição é esta. Iremos colocar todos os recursos que o Estado dispõe para que não haja conflitos, inclusive terras em casos específicos para reservas às comunidades indígenas que tem direito memorial garantido pela Constituição”, enfatizou. Para Tarso é preciso compreender dois direitos: dos índios pela memória e dos produtores que é o direito de propriedade. “Não há outra solução senão a mediação, preservando o direito de propriedade e garantindo que os índios possam se assentar em áreas para preservar seus costumes”.

De acordo com o governador, a ação do MPF será balizada por uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), aproveitando a questão da demarcação em Raposa Serra do Sol, normatizando as novas pesquisas antropológicas para demarcação. “De lá para cá a situação melhorou, embora seja salutar lembrar que tudo o que parte do judiciário a respeito da demarcação é a pedido do MPF, que é o único que pode realmente intervir”, concluiu Tarso Genro.

Ambiente Agro



Claud Goellner
Presidente dos Comitês de Gerenciamento da Bacia hidrográfica do Rio Passo Fundo e do Rio Alto Jacuí

Os desafios da Agricultura Irrigada no Brasil: cenário geral

Os dados da agricultura irrigada no Brasil mostram que a produção da lavoura irrigada é em média 2-4 vezes superior a não irrigada, com incrementos que podem variar de 62% na cultura da soja até 492% na cultura do feijão. A expansão do uso da irrigação pode representar uma diminuição na expansão da área de sequeiro e a preservação de áreas de matas e pastagens. A área mundial é de 278 milhões de hectares, contra cerca 3,4 milhões no Brasil que conta com um potencial para 30 milhões de hectares. Os cenários indicadores demonstram que para 2030 a irrigação responderá por 40% da expansão da área agrícola e 50-60 % do crescimento na produção de alimentos no mundo. Para 2050, estes valores serão de 70-80 % do incremento da produção mundial. Ao nível mundial a média de uso da água é de 11 milhões de litros de água para cada hectare. No Brasil chega aos 12-13 milhões e na cultura do arroz aos 17 milhões de litros para cada hectare.

Entre os maiores desafios para a ampliação da irrigação no Brasil está a inclusão da irrigação na Política Agrícola que é voltada para uma agricultura totalmente dependente do clima e com enormes riscos de frustração de safras, que configuram a realidade em muitas regiões produtoras, com destaque para o Rio Grande do Sul. Provavelmente a maior oportunidade é incentivar a adoção da irrigação e a irrigação alternativa com “água verde”. Mas este assunto será abordado num outro artigo. Quanto aos métodos de irrigação adotados no Brasil, 50% é o de superfície ou alagamento como no caso do arroz irrigado, 21 % pivot central, 10% localizada e 19% aspersão convencional. A cultura do arroz ocupa 40 % das áreas irrigadas no Brasil. Quando nos detemos em analisar a eficiência dos sistemas de irrigação, podemos constatar que ela é baixa, cerca de 45 %. Ou seja, 55% da água que retiramos são perdidos ao longo do processo e não temos a sua conversão em rendimento econômico. O indicador de água requerida com melhores índices de eficiência não ultrapassaria, em média, para cultivos anuais cerca de 8 milhões de litros de água para cada hectare.

No Brasil, a análise dos dados nos mostra que nos últimos anos obtivemos um indicador de água derivada de 9,45 milhões de litros/ha, o que resultou em média a uma economia de pelo menos 2 milhões de litros de água para cada hectare. No caso da cultura do arroz no Rio Grande do Sul, temos caso de uma redução de 50 % com uma economia de 7-8 milhões de litros de água para cada hectare e com um incremento na produção de grãos e redução dos custos de produção. Nos próximos vinte anos no Brasil caso haja capacitação técnica e incentivos concretos para aumento da eficiência dos sistemas, poderemos chegar a 8,5 milhões de litros/ha com uma nova economia de cerca de meio milhão de litros de água para cada hectare. No caso do Rio Grande do Sul, onde o uso da água representa em média 87,9 % do uso total, isto pode representar uma significativa contribuição do setor agrícola à sociedade, pela redução dos riscos de conflitos entre os diferentes usuários, o que já é uma realidade em muitas bacias hidrográficas em nosso Estado, pela minimização dos impactos sobre os recursos hídricos, pelo aumento na sustentabilidade do uso dos recursos hídricos e pela significativa economia representada pela redução de custos de produção e de riscos de frustração de safra que tantos prejuízos econômicos e sociais causam a Sociedade e Economia em Geral. Sem dívida nenhuma, com melhoria de eficiência, ganha o produtor, ganha a sociedade, ganha o meio ambiente e ganha o Estado. É uma oportunidade de ganho para todos.

É hora de comemorarmos a produtividade da nossa lavoura, construída através do trabalho conjunto entre produtor e Cotrijal.

Entregue a produção na sua cooperativa e continue a colher os bons frutos dessa parceria. Estamos preparados para bem atendê-lo nas 32 unidades de recebimento distribuídas em 14 municípios da região.

COOPERATIVISMO INOVADOR, SEGURO E PERSONALIZADO

COTRIJAL

